

-----ACTA N.º 004/2004 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE  
AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE  
JUNHO DE DOIS MIL E QUATRO -----**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e quatro, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos: Período de Antes da Ordem do Dia - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Período da Ordem do Dia: 1.- Análise, discussão e votação da reformulação do objecto a que se destinava o empréstimo, no valor de 442 735, 00 € (quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e trinta e cinco euros) aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 27 de Junho de 2003, ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 270 884, 65 € (duzentos e setenta mil oitocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Análise, discussão e votação do pedido de Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos – Revisão n.º 1; Modificação ao Orçamento n.º 2 – Revisão n.º 2, no valor de 17 850,00 € (dezassete mil**

oitocentos e cinquenta euros) ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 4.- Eleição do representante na “Comissão Municipal de Economia”, ao abrigo da alínea b), do n.º 4, do Art.º 7.º, da Lei n.º 12/04, de 30 de Março; 5.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 6.- Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

-----Eram vinte horas e quarenta minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à Reunião. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, Manuel da Conceição Antunes Ribeiro, José António Machado Alcobia Fernandes, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, José Augusto da Silva Cruz, Eduardo José Ferreira Mendes, Adriano Jorge Dias Rebelo, Aires Ferreira Graça, Rui Manuel Duarte Marques, João Costa da Silva, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, José Marques Nunes, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES**: Aurélio da Conceição Nunes e Carlos Manuel Garcia Ferreira. A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos senhores vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores e Manuel da Silva António. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar os presentes procedeu à leitura da correspondência recebida.-----

-----**ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

-----**Acta da 2.<sup>a</sup> Sessão Ordinária realizada em 30/04/2004**-----

-----O Deputado Municipal João Costa da Silva interveio referindo que na página 17 consta “...em seguida procedeu à leitura de uma parte do documento...” e, a este respeito, explicou que o que leu foi o artigo da Lei das Autarquias onde está vertida a responsabilidade individual de cada Deputado. Isto não consta na acta e o Deputado quer que conste. Na página 19, aquando de uma intervenção sua, diz na acta: “Procedeu à leitura de uma parte do acórdão lembrando que daquilo não havia recurso”. Referiu que faltava a parte da leitura que fez do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, e que isso tem que estar na acta. Informou que podia fornecer à Mesa da Assembleia aqueles documentos que depois podem anexar à acta, mas aquelas partes que leu faltam na acta, e deseja-as lá incluídas porque senão o que disse fica sem sentido.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia foi de opinião que estes documentos, por serem extensos deverão ficar anexos à acta em questão. A parte que o Deputado Municipal leu será transcrita para a referida acta.-----

-----Seguiu-se um diálogo sobre que documento iria ser votado, se a acta tal qual ela foi enviada aos Deputados ou, se a acta tal qual foi enviada aos Deputados mas com o compromisso da Mesa da Assembleia de lhe incluir as declarações do Deputado João Costa.-----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes sugeriu que, existindo um texto identificado que está gravado portanto, aprovável em minuta, a acta seja pura e simplesmente aprovada com a integração em minuta, nessa acta, das duas situações

de texto que o Deputado João Costa leu.-----

----- Colocada a votação de acordo com o sugerido pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes, a acta foi aprovada por 21 votos a favor e 1 abstenção. -----

-----**Acta da 1.ª Sessão Extraordinária realizada em 05/06/2004.** -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro foi de opinião que o Sr. Presidente da Mesa e o Sr. 1.º Secretário abreviaram algumas coisas, mas pensa que o fizeram de boa fé. Globalmente a acta não está muito má, mas não foi referido o investimento do Kartódromo, nem o problema que referiu em relação à estratégia de desenvolvimento, em que se tem que decidir se se quer o turismo ou a suinicultura. Prescinde e acha que a acta, genericamente, falou nas coisas acabando por não ir a estes pequenos detalhes.-----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes referiu que não tendo estado presente nesta sessão, enviou um pedido de justificação de falta, pelo que solicitou saber se o mesmo foi aceite ou não. -----

-----O Deputado Municipal José Silva Cruz interveio no mesmo sentido do Deputado que o antecedeu. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas.-----

-----**Colocada a votação, a acta foi aprovada por 18 votos a favor e 4 abstenções.**-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----1.º Ponto:- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

----- O Deputado Municipal Adriano Rebelo, na qualidade de cidadão, informou

os presentes que o Sport Club de Ferreira do Zêzere criou uma secção motard com o nome de “Moto Club de Ferreira do Zêzere.” Referiu que não iam ser um conjunto de barulhentos mas sim um grupo altamente civilizado que pretende fazer toda a pedagogia que conseguir. Mostrou o símbolo do Moto Club e disse que, na qualidade de cidadão se sentia muito feliz por pertencer a esta secção, e na qualidade de Deputado Municipal se sentia muito orgulhoso. Informou que já foram a Vila do Conde sendo de opinião que esta secção será um pequeno grão no desenvolvimento turístico do concelho, uma vez que vão divulgar o concelho e atrair pessoas a visitá-lo o. Agradeceu o acolhimento feito pelo Sport Club de Ferreira do Zêzere e informou que assumiu ser o “Avô Motard”. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal congratulou-se com esta informação na medida em que julga que é bom uma colectividade criar mais uma secção. Pediu para que, como “Avô Motard” exercesse uma certa pedagogia na contenção da adrenalina dos motards que por vezes se excedem. -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo retomou a palavra para informar que também se deslocaram a Alvaiázere onde foram muito bem recebidos. -----

O Deputado Municipal João Costa interveio a propósito da derrocada dos antigos Paços do Concelho, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, ao Presidente da Câmara, aos Vereadores e aos Deputados procedeu à leitura do seguinte documento: “A Derrocada dos Antigos Paços do Concelho e o Assassinato Moral e Cultural dos Ferreirenses. Em 21 de Outubro de 2003, pelas 18h45, Ferreira do Zêzere perdeu para sempre o emblemático edifício dos seus Paços do Concelho, fruto da incompetência do executivo da Câmara e mais particularmente do vereador do pelouro das obras públicas, Jacinto Lopes. Senão vejamos, o executivo camarário recebeu, na véspera, em 20/10/03, uma informação dos Serviços Técnicos,

comunicando que estavam em curso os trabalhos de demolição e que havia a intenção de abrir novos vãos de janela no alçado principal, alterações estas que implicavam a retirada do Brasão em pedra e óculo. A Fiscalização não discordava, então, mas pediu uma decisão à Câmara, só que esta chegou dias depois, em 23/10/03, ou seja, tarde de mais. Afigura-se-me, quer a mim, quer a muitos outros munícipes, mais entendidos do que eu, que o escoramento de fachada, e não só, não foi bem feito! Entretanto, em 22/10/03, houve nova informação dos Serviços Técnicos ao Sr. Presidente da Câmara, que sinteticamente informa de uma reunião em 16 de Outubro de 2003, reunião esta onde tinha sido aprovado o método construtivo, só que o empreiteiro, sem conhecimento da fiscalização, alterou esse método construtivo. E mais grave é que podia fazê-lo, em conformidade com ponto 4.3.3. do Caderno de Encargos, naturalmente por este estar mal feito, possibilitando o que jamais devia permitir! Os Serviços Técnicos, neste caso concreto a Fiscalização, fizeram ainda nova informação, em 23/10/03, onde, em suma, era dado a conhecer o resultado da reunião de Obra daquele dia, em que participaram os projectistas, a saber, a Sra. Arquitecta Paula Coito e o Sr. Eng.º Adalberto Veiga. Porém, estes, como já só havia uma parede de pé, propõem a sua demolição e a fiscalização concorda, mas solicita uma decisão à Câmara, não se sabendo se o executivo a deu ou não, mas estou em crer que perante estes factos também concordou em demolir o que restava. O Jornal Despertar do Zêzere, em 29/10/03, pública na sua página 9 uma reportagem sobre este triste atentado ao património cultural do nosso querido Concelho, em que é posto em destaque o Vereador Responsável do Pelouro das Obras Públicas, Jacinto Lopes, fazendo este várias afirmações gratuitas e sem cabimento, de entre estas destaco as seguintes: a) Que havia um relatório preliminar do gabinete técnico, no qual se atribuem as culpas ao

empreiteiro e, pasme-se, este vereador encontrou logo o culpado de tudo – o Encarregado da Obra -, como se não existisse o Técnico Responsável da obra, Sr. Eng.º Paulo Neves, o tal que a empresa tem que indicar, em conformidade com a lei 59/99, só que tudo indica que o Sr. Vereador não sabe do que está a falar; b) O mesmo Vereador referiu que ia, agora, depois da derrocada, ser intransigente com os direitos dos ferreirenses e sublinhou que o novo edifício tinha que ser uma réplica do que existia, mas nada mais falso, pois no mesmo parágrafo refere um edifício novo e não a reconstrução; c) Disse ainda que era aguardado um inquérito interno da “SOCOLIRO” sobre o que se passou, mas, ao que julgo saber, tal inquérito não foi efectuado nem tinha que ser, por aquela matéria não fazer parte do Caderno de Encargos, além de que tal inquérito pode e deve ser efectuado pelos Serviços Técnicos camarários ou então por uma entidade independente, que garanta total isenção. O supracitado jornal informa ainda sobre rumores de que a Autarquia já tinha previsto a queda propositada, ou seja, a demolição total dos Velhos Paços do Concelho. Por isso, pergunto: o Vereador Jacinto desmentiu tal boato, dizendo que isso não é verdade ou sequer que não tem sentido? Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, a verdade dos factos é bem diferente, como todos aqui sabem: é no Caderno de Encargos que está vertida toda a matéria referente à reconstrução do velho edifício e, neste documento, não há uma única alínea que refira a preservação das paredes exteriores dos Paços do Concelho! E isto é do conhecimento do Executivo da Câmara e, mais particularmente, do Vereador Jacinto, que sabe disto melhor do que ninguém, mas preferiu não dizer a verdade aos ferreirenses, descarada e censuravelmente. Mas mais, todos bem sabemos que o belo edifício dos nossos Paços do Concelho se tratava de uma vetusta construção, por ventura do século XVIII, e tudo aponta que o mesmo deveria estar classificado pelo

IPPAR, inclusive como monumento ou pelo menos como edifício de interesse nacional e, a ser assim, quanto mais não fosse por mera prudência, deveriam ter pedido parecer à tutela. Mas, Senhoras e Senhores Deputados, o despudor não fica por aqui. Há um sentimento de impunidade de todo o Executivo Camarário, em todo este pântano político de interesses inconfessáveis e, se assim não é, porque razão foi retirado do Plano de Segurança e Saúde, (CAPITULO 2) – CARACTERIZAÇÃO DA OBRA, as folhas relativas ao Ponto 2.6 – Lista de Trabalhos com riscos Especiais? Tenho que admitir que a tentativa ia resultando, só que o autor ou autores de tal proeza esqueceram-se e deixaram ficar o anexo II – Organigrama da Obra, (LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS) Página 2 de 54, ponto 3,2,1 (Paredes exteriores) e o ponto 3,2,1,1 (Demolição parcial de paredes, nas diversas espessuras incluindo todos os trabalhos e meios necessários para a sua demolição, completa, com 454,16 m<sup>2</sup>). Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Perante os factos reais apontados, não resta ao Executivo Camarário outra alternativa que não seja o de apresentar, em primeiro lugar, desculpas publicas aos cidadãos ferreirenses pelo falseamento da verdade e duma forma descarada e, em segundo lugar, pelo autentico crime contra o património cultural, se é que não mesmo o crime de dano qualificado ou o de infracção das regras de construção, respectivamente previstos e punidos nos art.ºs 213.º n.º 1 alíneas (b e c) e 277.º n.º 1 alínea (a) do Código Penal, por certo com dolo moral, mas de certeza por negligência consciente, praticado, quer um quer outro, por todo o Executivo, com particular destaque para o Vereador Jacinto, que foi porta-voz material desta mentira. O mais grave é que estes Senhores sonegaram à Assembleia Municipal a verdade dos factos, como se os Deputados Municipais fossem um grupo de ignorantes, o que, pela minha parte, desde já repudio veementemente. Pelo que antecede, requeiro ao Sr. Presidente da



Assembleia que dê conta do sucedido, com todos os documentos, com fotos do edifício antes das obras, durante e depois da derrocada, com o artigo do jornal e com a minha declaração, ao IGAE, ao IPPAR e ao Ministério Público desta comarca, para averiguação das eventuais responsabilidades dos intervenientes, por este atentado ao património cultural dos ferreirenses e não só. De outra forma, os nossos filhos e netos jamais nos perdoarão.” Após a leitura do documento o deputado Municipal João Costa referiu que sabia que era incómodo e que havia lugares próprios onde gostava de discutir aqueles assuntos, mas infelizmente o seu grupo parlamentar prefere que os discuta os assuntos ali. O que disse faz parte e foi retirado dos documentos que lhe foram fornecidos pela Câmara. A este propósito pediu ao Presidente da Assembleia para quando lhe voltar a dar um documento verificar se constam todas as folhas do documento, porque naquele não constavam. --

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal recordou ao Deputado que o antecedeu que este misturou, na sua intervenção, as funções de deputado municipal e de cidadão. Referiu que na acta a intervenção do Deputado iria constar como público.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro, na qualidade de cidadão, referiu que aquilo já aconteceu várias vezes. Já falaram, no Período Antes da Ordem do Dia, como público e também na qualidade de deputados.-----

-----O Dr. Paulo Neves no uso da palavra dirigiu-se aos presentes para prestar agradecimento, em nome da família da actriz Ivone Silva, a todas as autoridades locais, pela forma como foram recebidos e pela forma como a actriz foi homenageada. Falou em nome da mãe da Actriz, D. Ermelinda Rosa Nunes, da irmã, D. Linda Silva e do cunhado, o actor Morais e Castro.-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia transmitiu a toda a família a maneira

como aderiu e reconheceu tudo o que se fez por Ivone Silva. Agradeceu também ao Dr. Paulo Neves o interesse que teve em divulgar e participar activamente nessa cerimónia. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro solicitou o uso da palavra para colocar uma questão, como deputado municipal, por se tratar de um assunto que não tinha a ver com a agenda da sessão. Referiu não saber se, como deputado, podia intervir naquele momento. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal informou que neste Período de Antes da Ordem do Dia os deputados podiam intervir como público. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro foi de opinião que havia perguntas que podiam não ter oportunidade no fim. Exemplificou fazendo a sua pergunta: na ultima Assembleia estiveram três jornalistas, pelo que perguntou se estiveram por iniciativa própria, uma vez que normalmente só está um. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou que não sabia, ou que até podia saber mas não querer dizer. Disse que o Deputado Antunes Ribeiro podia perguntar aos jornalistas. -----

-----O Deputado Municipal João Costa esclareceu que o artigo da Lei que determina a intervenção do público é o artigo 84.º n.º 6. O Período de Antes da Ordem do Dia, em que qualquer elemento dos vários órgãos da Câmara podem intervir é o artigo 86.º. É aqui que faz as declarações políticas e é assim em todos os órgãos. - -----

-----O Presidente da mesa da Assembleia Municipal referiu que estavam os dois rigorosamente de acordo naquele ponto.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal interveio pedindo ao Deputado Municipal João Costa que repetisse de novo qual era a mentira que a Câmara fez

passar para os munícipes, pois reserva-se no direito de tomar precauções e de entregar o assunto a quem de direito. Informou a Assembleia que iria acusar o Deputado das afirmações graves que produziu contra a Câmara pelo que, precisava entender todo aquele papel que, o Deputado Municipal João Costa teria pago a alguém para escrever.-----

-----O Vereador Jacinto Lopes referiu que, ao contrário do Presidente da Câmara, era de opinião que alguém pagou ao Deputado Municipal João Costa para este escrever aquele papel e, acrescentou que gostaria de ver esclarecido quais eram os “interesses inconfessáveis” para também, em local certo, agir contra as afirmações que foram efectuadas. -----

-----O Deputado Municipal João Costa em resposta disse que naquela sala e no jornal foi dito que os Paços do Concelho, aquelas paredes velhas que ali estavam, caíram pura e simplesmente porque eram para cair, caíram naturalmente. -----

-----O Vereador Jacinto Lopes disse ao Deputado que o antecedeu que este iria ter que provar onde é que ele disse que as paredes eram para cair. -----

-----O Deputado Municipal João Costa retomou a palavra referindo que a Câmara é que lhe deu as coisas e procedeu à seguinte leitura: “Paredes exteriores – demolição parcial de paredes nas diversas espessuras incluindo todos os trabalhos e meios necessários para a sua demolição completa”. Acrescentou que não precisa fazer papel nenhum a ninguém nem pagar a ninguém para lhe o fazer. Fá-los ele muito bem e há muitos anos porque tem os meios e sabe ler. Questionou se o Presidente da Câmara e o Vereador Jacinto Lopes queriam, efectivamente, preservar os Paços do Concelho, porque razão é que no caderno de encargos não está e devia estar.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal perguntou ao Deputado se este achava

que o caderno de encargos tinha sido feito por ele.-----

----- O Deputado Municipal João Costa em resposta disse que sabia que o Presidente da Câmara não fez o Caderno de Encargos mas, quando o recebeu do IGAT ou do GAT, o devia ter lido e se não estava bem mandava de volta.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal questionou se o Deputado João Costa sabia qual a diferença entre o IGAT e o GAT.-----

-----O Deputado Municipal João Costa referiu que sabia muito bem a diferença e que se estava a referir ao GAT. Acrescentou que o Presidente da Câmara podia fazer as queixas que entendesse porque ele tinha os documentos.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio no sentido de terminar aquele diálogo, passando-se de seguida ao Período da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1.º Ponto:- Análise, discussão e votação da reformulação do objecto a que se destinava o empréstimo, no valor de 442 735, 00 € (quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e trinta e cinco euros) aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 27 de Junho de 2003, ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, antes de qualquer intervenção solicitou ao Presidente da Câmara que dissesse alguma coisa sobre este ponto. -------

-----O Presidente da Câmara Municipal informou que foi enviado aos Deputados Municipais uma nota esclarecedora, dando em seguida uma breve explicação sobre o assunto.-----

----- O Deputado Municipal Antunes Ribeiro disse que não percebeu muito bem

se o Tribunal de Contas não esteve de acordo.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não disse que o Tribunal de Contas não esteve de acordo. Para o Tribunal de Contas, dado que havia obras, discriminadas inicialmente, que estavam feitas e pagas, não fazia sentido pedir dinheiro para essas obras.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro retomou a palavra referindo que a sua questão era no sentido de saber se era por serem obras subsidiadas.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal informou que não.-----

-----Analisado o pedido de reformulação do objecto a que de destinava o empréstimo, no valor de 442.735,00 € (quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e trinta e cinco euros), a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 15 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra** autorizar a reformulação do objecto do referido empréstimo.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém se opunha a que os pontos aprovados, fossem também aprovados em minuta. Ninguém se opôs. --

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro solicitou o uso da palavra para se congratular porque afinal há grandes investimentos nas outras Juntas de Freguesia, ao contrário do que ouve ali repetidamente dizer. Para o Salgueiral são pequenas parcelas. Nas Gontijas o arruamento vai fornecer um bom acesso a uma das industrias de lá, que é uma coisa que lhe agrada, porque sempre lhe dá à-vontade para qualquer dia pedir alguma coisa.-----

-----**2.º Ponto:- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 270 884, 65 € (duzentos e setenta mil oitocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as**

**alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

----- O Presidente da Câmara Municipal introduziu este ponto explicando que este endividamento se destina a obras comparticipadas pelos Fundos Comunitários. É o caso, pois a verba destina-se aos arranjos que foram já feitos na sede da freguesia de Areias e às obras a iniciar nas sedes da freguesia de Chãos e da freguesia de Pias.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em relação a este assunto e, na sequência de certos mapas que saíram em alguns jornais sobre o endividamento das Câmaras, referiu que são opções mas, o que era certo era que alguns concelhos avançaram com obras e endividaram-se bastante, pelo que espera que um dia não venha nenhum perdão para essas Câmaras que avançaram com obras em detrimento de outras que não avançaram e que ficam “para trás”.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro congratulou-se porque a freguesia de Areias leva mais 133 000, 00 € e a das Pias 137 000,00 €, que aliás continua a achar muito bem. Na volta que a Assembleia teve oportunidade de dar, aquando da sessão Extraordinária, verificou muitos pavimentos novos normalmente fora da freguesia de Ferreira do Zêzere. Também regista isto com agrado, não tem nada contra, mas é preciso que se assuma e não se diga o contrário. Esclareceu o Presidente da Junta da Igreja Nova que a casa a que se referiu quando lhe disse que foi por uma rua que tinha uma casa na ponta pertence ao Sr. Mau. Não conhece o senhor nem tem nada contra.-----

-----O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço declarou que estava bastante satisfeito por ver tanta gente preocupada com a freguesia de Areias. Voltando a uns anos atrás mostrou a sua indignação porque já disse dezenas de vezes que a freguesia de Areias é a maior freguesia do concelho. Quando aparecem os valores as

pessoas esquecem-se que esta freguesia tem 39 000 m<sup>2</sup>, tem três vezes mais de área geográfica que a maior parte das freguesias do concelho, pelo que tem que se ter isso em consideração. Quando, por exemplo uma máquina vai à freguesia de Bêco ou Pias ou outra freguesia, tem que ir três vezes para as Areias. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que a freguesia de Ferreira do Zêzere tem o mesmo problema que a das Areias tendo em consideração a dimensão, isto é quando é preciso uma máquina um dia para as freguesias referidas pelo Deputado Fernandinho Lourenço, para Ferreira do Zêzere também é preciso três dias. -----

-----Analisado o pedido de autorização solicitado pela Câmara Municipal para contracção de empréstimo no valor de 270 884,65 € (duzentos e setenta mil oitocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 15 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra** autorizar a contracção do referido empréstimo. -----

-----**3.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos – Revisão n.º 1; Modificação ao Orçamento n.º 2 – Revisão n.º 2, no valor de 17 850,00 € (dezassete mil oitocentos e cinquenta euros) ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

-----O Presidente da Câmara Municipal introduziu este ponto explicando que a Câmara tem necessidade de adquirir uma retroescavadora para substituir uma já usada. Não tinham rubrica aberta, daí a necessidade desta alteração. E também pela necessidade de um pequeno pagamento à Astaq, uma associação de que a Câmara faz parte, que tem que ver com a análise de solos e que está credenciada e a

funcionar nas instalações do GAT em Tomar.-----

----- O Deputado Municipal Antunes Ribeiro usou a palavra questionando, uma vez que estavam a pensar na aquisição de máquinas por outras que, eventualmente, não se justifica a reparação, quantos meses é que, este ano e o ano passado, a niveladora esteve disponível e se, este assunto não se aplica também a esta máquina. De facto o que ouve dizer é que a niveladora não trabalha há “n” meses de modo contínuo.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço referiu que não percebeu bem a intervenção do Presidente da Câmara. Questionou se de facto aquele valor se refere à reparação da niveladora, uma vez que esta tem estado parada por falta de peças. ---

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que este valor não tem nada a ver com a niveladora. A niveladora já está arranjada e a funcionar. Tem um inconveniente que é as peças terem que ser encomendadas directamente. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em relação a este assunto manifestou o seu agrado pela compra de equipamentos novos, sendo de opinião que as máquinas mais importantes deveriam ter sempre uma substituta para trabalharem em condições.-----

-----Analisado o pedido solicitado pela Câmara Municipal para Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos – Revisão n.º1; Modificação ao Orçamento n.º 2 – Revisão n.º 2, no valor de 17 850,00 € (dezassete mil oitocentos e cinquenta euros) a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 19 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra** autorizar a referida Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- **4.º Ponto: - Eleição do representante na “Comissão Municipal de Economia”, ao abrigo da alínea b), do n.º 4, do Art.º 7.º, da Lei n.º 12/04, de 30**



**de Março;**-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que, antes de se proceder à eleição, se fizesse um pequeno intervalo, o que foi aceite por todos os presentes. -----

-----Após o intervalo o Presidente da Mesa informou que tinha chegado à Mesa uma proposta de candidatura e informou que a mesma propunha o Deputado Municipal Adriano Jorge Dias Rebelo para representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Economia. -----

-----Procedeu-se em seguida à votação e, contados os votos verificou-se o seguinte resultado: -----

-----**Deputado Municipal Adriano Jorge Dias Rebelo** – 13 votos;-----

-----**Deputado Municipal Eduardo José Ferreira Mendes** – 3 votos;-----

-----**Deputada Municipal Isabel Rosário Baptista** – 3 votos;-----

-----**Votos em branco** – 1 voto;-----

-----**Votos nulos** – 1 voto.-----

-----**Foi eleito para representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Economia o Deputado Municipal Adriano Jorge Dias Rebelo.** -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo interveio agradecendo o facto de ter sido eleito e referiu que ia fazer por merecer a confiança de quem votou em si. -----

-----**5.º Ponto: - Apreciação da informação escrita, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio e, referindo-se à actividade da Protecção Civil, lembrou a sessão da Assembleia Municipal de

26/09/2003, nomeadamente o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – Património Florestal Concelhio, análise do coberto florestal do concelho e medidas a implementar tendo em vista o ordenamento do território, preservação e conservação. Vários membros da Assembleia intervieram sobre esta matéria pelo que destacou duas intervenções, a sua e a do Presidente da Mesa da Assembleia. Procedeu à leitura destas duas intervenções e em seguida perguntou o que é que a Protecção Civil fez de concreto desde o ultimo Verão até à entrada deste Verão em Maio/Junho ou, mais precisamente até à reunião com as Juntas de Freguesia do Concelho. Quanto ao apoio às associações, colectividades e estabelecimentos de ensino do Concelho, nomeadamente como cedência de viaturas para diversos tipos de transporte, informou que tinha em seu poder um pedido da Professora Maria do Rosário da Escola de Pardielas. Referente a este pedido a Junta enviou um ofício à Câmara Municipal no dia 12 de Março de 2004 sendo o assunto era a colocação de bandas sonoras. Esclareceu que era contra as lombas pelo que pensa que não será necessária a colocação das mesmas, mas lembrou que há outras formas de prevenir os acidentes. Sugeriu que se colocasse uma rede, para que quando as crianças brincam com bolas, estas não passem para a estrada. Quanto à informação escrita referiu que só na Quarta-feira a recebeu e questionou, à Mesa da Assembleia, se era possível enviá-la juntamente com a documentação referente aos outros pontos da ordem de trabalhos. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu de imediato informando que o envio da informação escrita do Presidente não era da responsabilidade da Mesa da Assembleia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal em relação à Escola de Pardielas, questionou se a professora fazia o pedido à Câmara ou à Junta de Freguesia de

Ferreira do Zêzere e se o Deputado Municipal Manuel Lourenço defendia que se colocassem as lombas ou a rede. As lombas estavam no encarregado, mas não conseguia responder porque é que este ainda não as tinha colocado. Iria ter o cuidado de dizer à professora que não precisa andar a maçar a Junta de Freguesia e que pode e deve pedir directamente à Câmara. A Protecção Civil depois do Inverno, deu assistência aos caminhos florestais e fez as limpezas que foi possível fazer. A máquina de protecção às florestas para limpeza e abertura de alguns caminhos estava a trabalhar. Pediu que o Deputado Municipal Manuel Lourenço concretizasse o que é que gostaria de ver feito. Naquela fase pediram aos presidentes de junta que indicassem os nomes das pessoas que seriam as melhores formadoras de opinião com as quais, posteriormente, reuniram embora não tenha corrido como esperado porque as pessoas nem mesmo, com um convite pessoal, compareceram. No entanto a mensagem passou. Para o próximo Verão vão tentar ter, no mínimo, mais uma equipa de sapadores florestais. Vão ter também pelo Centro de Emprego três pessoas com uma carrinha que será fornecida pela Direcção Geral de Florestas, que está devidamente equipada. Fizeram o que puderam, tentaram sensibilizar as pessoas e tiveram algumas intervenções, lembrando nomeadamente o caso do Dr. Bento e do Sr. José Maria da Silva. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio referindo que em relação ao Sr. José Maria da Silva, mais conhecido por José do Barracão, também já falou com ele no sentido de o sensibilizar para a necessidade de fazer a limpeza e que ele prometeu mandar limpar. Em relação à Protecção Civil informou que estava em desacordo com o que o Presidente da Câmara acabara de dizer porque, embora esteja de acordo com a reunião feita com os presidentes de junta e com a população, a esta foi tarde demais, devia ter sido realizada na entrada do Inverno. Durante o

Inverno há condições climatéricas para as pessoas queimarem alguns resíduos e, para além disso, tinham oito meses para se trabalhar. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro, a propósito do envio da documentação referente aos pontos da ordem de trabalhos, referiu que o anterior Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Duarte Chita, uma vez lhe informou que a documentação é enviada ao Presidente da Assembleia com cinco dias de antecedência e este faz chegar aos Deputados Municipais com quarenta e oito horas. Quanto aos incêndios pensa que há muitos anos que ninguém vai à zona da Ribeira, e que algumas coisas nem as considera da responsabilidade da Câmara. Há estradas que foram lavradas e que são acessos que estão lá há 50 anos e que existem nos mapas. Outras estradas mudaram a trajectória com acordo da Junta de Freguesia e depois as pessoas que o fizeram não cumpriram o acordado, segundo lhe dizem na Junta. Os Presidentes da Junta se tem autonomia para fazer alterações de traçados, deviam comunicá-los à Câmara, porque senão o que acontece é que por exemplo no PDM, se a Câmara não tem conhecimento de coisas que, legalmente, se alteraram, depois estas coisas não funcionam. Mostrou a sua preocupação porque as estradas florestais não são limpas, na Ribeira e naquelas zonas todas, há “n” anos. As estradas que foram alteradas estava acordado terem 4m e só têm 2m. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara não tinha conhecimento disso, uma vez que era competência da Junta de Freguesia. Não deviam “empurrar” tudo para a Câmara. A Junta de Freguesia é que devia ter acompanhado essa mudança de caminho. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro esclareceu que não estava ali a acusar ninguém, estava a colocar os problemas no sentido de conjuntamente os tentarem resolver. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dirigindo-se aos Presidentes Junta questionou como é que eles no futuro vão justificar perante a REN ou a RAN a alteração dos traçados. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal lembrou que esta competência das Juntas de Freguesia estava prevista na Lei.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro insistiu que os Presidentes de Junta podem ter competência para fazer isso, mas deviam dar conhecimento, posteriormente, à Câmara. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques interveio no sentido de dar uma achega ao que foi dito acerca dos sistemas de limitação de velocidade. Recordou que há cerca de 1 ano aquele assunto fora ali discutido, e tinha sido mais ou menos de consenso geral que aquelas coisas não poderiam ter situações pontuais. Deviam sim ser objecto de um estudo articulado entre a Câmara, as Juntas de Freguesia e entidades tecnicamente capazes de estudar estas e situações para, realmente, serem aplicadas medidas de acordo com um estudo. Pelos vistos essa conversa não deu os frutos desejados pelo que, pretendeu reiterá-la naquele momento, na medida em que entende que é um assunto que requer intervenção técnica. O mesmo sugeriu para a questão da Protecção Civil. No que se refere à prevenção dos incêndios todas estas coisas requerem planeamento atempado e visão de futuro. A boa vontade pontual não chega. -----

-----O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal abordou a questão dos incêndios dizendo que diariamente percorre vários caminhos do concelho e encontra-se muito apreensivo e com muito medo dos incêndios. Embora se diga que se tem feito muito para prevenir os incêndios, não vê nada feito. A própria Estrada Nacional está cheia de feno. Há caminhos vicinais e estradas municipais que estão

quase tapadas com ervas e silvas. Os próprios quintais das pessoas estão por limpar. Lembra-se do que aconteceu no ano anterior nos concelhos próximos de Ferreira do Zêzere e tem receio que este ano o concelho lamente o que aconteceu nos outros Concelhos. Não sabendo de quem são as culpas lamentou não ter visto melhoria em relação ao ano anterior.-----

-----O Deputado Municipal Agostinho da Cruz a propósito da homenagem que se fez à Actriz Ivone Silva sugeriu que se atribuísse o nome “Dr. António Baião” à Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere, por se tratar de um grande historiador, escritor, Director da Torre do Tombo e por ter escrito o livro do concelho de Ferreira do Zêzere. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal subscreveu totalmente esta proposta. Em relação à Protecção Civil expressou não estar minimamente de acordo com o que foi dito. Tem acompanhado algumas coisas que a Protecção Civil tem feito, e tem visto que as pessoas, embora poucas, aparecem e são correios de transmissão aos outros. A Protecção Civil, em sua opinião, não é mais do que um parceiro no meio de toda a problemática ligada aos incêndios. Continua a dizer, falando por si pessoalmente, que os principais culpados das coisas arderem são os donos das mesmas porque não limpam. Julga que estar a criticar a Protecção Civil está errado e esta não merece. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço, ainda na temática da Protecção Civil, disse que o facto da niveladora ter estado parada cerca de três meses e meio se podia ter reflectido na limpeza dos caminhos florestais e nalguns caminhos das freguesias. Em relação à freguesia de Ferreira do Zêzere já se vêem algumas pessoas a limpar quintais e arredores. Tem pena que este apelo não tenha sido feito no início de Outubro.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal lembrou que se as limpezas tivessem sido feitas no principio do Verão, as terrenos estavam novamente a precisar de limpeza. -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo referiu que da ultima vez que se falou naquela temática, apresentou a suas disponibilidade total para ser um dos sensibilizadores ou também um dos feitores. Lamentavelmente não acompanhou as reuniões. Na sua aldeia as pessoas são idosas e não limpam, e em redor de certas casas o tamanho dos fenos é impressionante. Questionou se a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia o poderiam mandar para ser um sensibilizador junto da sua aldeia onde conhece as pessoas, pois pensa que nesta altura “todos são poucos”. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia foi de opinião que o Sr. Adriano Rebelo, que como Deputado Municipal tinha essa responsabilidade, e também como cidadão. -----

-----Dado por esgotado este ponto da Ordem de Trabalhos passou-se ao ponto seguinte. -----

-----**6.º Ponto: - Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----A Deputada Municipal Isabel Baptista, tendo em conta os problemas verificados durante os meses de Julho e Agosto de 2003 ao nível da rede de abastecimento de água na Vila de Ferreira do Zêzere, questionou se foram tomadas medidas no sentido de evitar situações semelhantes, este ano. -----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes começou a sua intervenção agradecendo a quem gere a página da internet da Câmara Municipal por incluir o acesso aos Regulamentos Municipais e também por colocar as actas das reuniões de

Câmara na referida página. Fez apelo para que continue. Saudou, em seguida, o facto de no dia 13 de Junho ter tido possibilidade de imprimir a folha com os resultados provisórios eleitorais. Continuou com a sua reclamação, que já apresentou em devido tempo por e-mail, pelo facto de, na página da Câmara Municipal, não se fazer referência a Ferreira do Zêzere pertencer à Comunidade Urbana do Médio Tejo. Por último lembrou que tinha sugerido à Câmara que promovesse uma edição de “pins” do novo símbolo, tendo-se comprometido a usá-lo e dizer que é o seu Concelho. Tinha sugerido também propor aos vários transportadores com longos painéis laterais dos camiões, de colocarem nesses painéis o símbolo de Ferreira do Zêzere. Lançou de novo este desafio à Câmara, assim como o dos “pins”. O símbolo só tem interesse se for difundido. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva começou por uma palavra de apreço à Selecção Nacional de Futebol. Informou que ia recuperar ali duas propostas dos Vereadores do Partido Socialista que já foram feitas há algum tempo. Uma era a abertura do Posto de Turismo ao Sábado, pois acha que é uma falha enorme e incompreensível da Câmara, num conselho que se quer e que se diz voltado para o turismo. Outra era que, na altura do Verão, o Comandante dos Bombeiros pudesse ser dispensado para estar a tempo inteiro no comando das operações. Por último perguntou como tem evoluído o Conselho Municipal de Educação. -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo verificou que estava a fazer um ano que tinha tomado posse na Assembleia Municipal pelo que pretendia relatar alguns aspectos de grande importância. Começou por dizer que ao passar-se por um lado qualquer se ouve dizer que a Câmara não faz nada, o que é uma tristeza ouvir. É de opinião contrária e reportando-se à ultima reunião extraordinária, lembrou que visitaram as obras que a Câmara tem em desenvolvimento, das quais mencionou



algumas, e questionou porque razão estas não são divulgadas. Era bom que todos contrariassem um pouco essa maneira das pessoas constantemente se expressarem. O Posto Turismo devia estar aberto ao Sábado e Domingo de manhã, nomeadamente nesta época. Em segundo lugar referiu com grande satisfação a cerimónia de homenagem a Ivone Silva e o respectivo espectáculo, sendo que a nota negativa deste evento foi o facto do Cine Teatro não estar cheio. Em seguida e relativamente à visita às obras em curso no concelho, fez uma referência ao Presidente da Assembleia Municipal que foi elucidando o que iam observando e também aos participantes que despiram a camisola partidária transformando-se a visita num alegre e dinâmico convívio. Congratulou-se com o aparecimento do Boletim Municipal, esperando que aí seja relatado aquilo que se está a fazer. Referiu que gostaria de ver mais possibilitado o Gabinete de Apoio ao Utente, um serviço de real importância e de uma comodidade extrema para o Município. Deu os parabéns pela atitude corajosa de dizer não ao pedido para encerrar mais algumas escolas, lembrando neste aspecto a importância do Conselho Municipal de Educação.-----

-----O Deputado Municipal Rui Marques interveio no seguimento da intervenção do Deputado que o antecedeu. Na realidade, o que foi dito em relação a obra feita é absolutamente verdade. No entanto, é necessário olhar para as coisas a curto, a médio e a longo prazo, e as obras que têm sido feitas em Ferreira do Zêzere são obras, de certo modo avulso, que não são feitas ordenadamente, que não tem um objectivo nem uma definição, e que infelizmente não têm conduzido ao que todos mais ambicionam que é a fixação dos jovens em Ferreira do Zêzere. Não basta fazer polidesportivos ou Bibliotecas, é preciso pô-los a funcionar. Não basta fazer obra, é preciso que esta esteja programada e tenha o seu destino para que a funcione. Enquanto não lhe aparecerem gráficos que mostrem que a população jovem se fixa

em Ferreira do Zêzere e que tem condições de trabalho e de viver, não pode aplaudir de pé o que o Deputado que o antecedeu disse. Ouvia dizer que o Concelho de Vila de Rei estava a planear implantar um pólo politécnico. Se for verdade é exemplo de um trabalho que conduz a qualquer coisa.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões entretanto colocadas começou por responder ao Deputado Municipal Bruno Silva fazendo referência às dificuldades que a Câmara tem com pessoal, informando no entanto que estava previsto o Posto de Turismo abrir ao Sábado nos meses de Verão. Em relação à dispensa do Comandante dos Bombeiros a tempo inteiro na fase e Verão disse que não dispensava, porque entende que não há necessidade dele estar a tempo inteiro nos Bombeiros. Se o dispensar ele passará a maior parte do tempo fora do concelho e a preocupação é o concelho. Também não tem quem o substitua. Quanto ao Conselho Municipal de Educação já receberam a comunicação do Conselho Directivo de quem foram as pessoas eleitas e estão a preparar a próxima reunião. Em relação à intervenção do Deputado Municipal Rui Marques não comenta e não está à espera dos aplausos da oposição. Ao Deputado Adriano Rebelo agradeceu e referiu que fazem o que conseguem e o que podem, sempre com as respectivas restrições monetárias. À Deputada Municipal Isabel Baptista explicou que as Águas do Centro, que são quem fornece a água em alta, garantem que as medidas tomadas são suficientes para resolver os problemas em termos de abastecimento de água.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço lembrou que sessão da Assembleia realizada em Dezembro fez uma proposta sobre o calendário da máquina e da camioneta, que o Presidente da Mesa da Assembleia, por se tratar de um assunto directo com as Juntas, sugeriu que o Presidente da Câmara agendasse uma reunião com os Presidentes de Junta. Questionou para quando estava prevista a

realização dessa reunião. Referiu em seguida a necessidade de reavivar as passadeiras no centro da Vila e sugeriu a criação de uma nova passadeira em frente ao talho Cruz&Cruz.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi de opinião que mais uma passadeira não tinha razão de ser. Há legislação sobre este assunto e não pode haver tanta passadeira junta.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço retomou a palavra e perguntou se a Câmara podia ou não ter feito um protocolo com a Escola de Engenharia Prática para conservação de caminhos florestais, e se podia porque não o fez. Perguntou também para quando a criação de um Parque Infantil na Vila, e se estava previsto o alargamento do ribeiro que dá acesso para S. Pedro de Castro e para a Pombeira. Por fim congratulou-se pela colocação do varão nas escadas que dão acesso ao Mercado Municipal.-----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva insistiu no assunto referindo que não via grande dificuldade em encontrar-se alguém para o Posto de Turismo ao fim de semana e sugeriu que se recorresse ao Centro de Emprego. Manifestou a mesma opinião em relação ao Comandante dos Bombeiros.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal questionou se ia ao Centro de Emprego buscar um tesoureiro para a Câmara.-----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva retomou a palavra e referiu, em relação ao Posto de Turismo, que este já devia estar a funcionar ao fim de semana. Quanto à dispensa do Comandante dos Bombeiros, se a Câmara temporariamente o transferir de serviço em vez de estar na Câmara estiver nos Bombeiros, ao serviço da Câmara ele não está noutra concelho, está em Ferreira do Zêzere.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal afirmou que não o transferia, que

enquanto fosse Presidente da Câmara nunca poria um Comandante a tempo inteiro nos Bombeiros.-----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva referiu que era uma prioridade.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não era uma questão de prioridade mas sim de necessidade. Tem que manter os serviços da Câmara minimamente operacionais, e não pode substituir o tesoureiro por uma pessoa qualquer.-----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva foi de opinião que não se tratava de uma necessidade, mas sim de duas necessidades. Uma de pessoal para fazer o serviço que o Comandante faz, a outra é o Comandante em si poder desempenhar essa mesma função nos Bombeiros.-----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo lembrando a proposta de atribuição do nome Dr. António Baião à Biblioteca Municipal perguntou se era um assunto para ir a votação e ter continuidade.-----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes referiu que se poderia entender que esta recomendação era uma moção, e que se poderia apresentar esta moção à Câmara. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se alguém se opunha a que o Dr. Paulo Neves fizesse uma intervenção acerca deste assunto. -----

-----Ninguém se opôs pelo que lhe foi dada a palavra.-----

-----O Dr. Paulo Neves interveio referindo que o Dr. António Baião foi um natural do Concelho de Ferreira do Zêzere que ao longo da sua vida publicou talvez aquela que é a segunda maior obra de história publicada em Portugal no século XX. Foi considerado por muitos como sucessor de Alexandre Herculano. Foi de opinião que o nome do Dr. António Baião na Biblioteca do Concelho que o viu nascer seria

de facto uma mais valia para o concelho, tendo em atenção que os filhos também já têm avançada idade e são pessoas que sempre estiveram ligadas ao concelho, e certamente veriam com bons olhos e com muita satisfação que a Câmara aprovasse uma situação dessa natureza. Quanto à proposta do Dr. Eduardo Mendes no sentido da Assembleia Municipal aprovar uma recomendação à Câmara para que tome em atenção a proposta feita pelo Sr. Agostinho da Cruz, pensa que faria todo o sentido. --

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou esta recomendação a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara receberá a recomendação por unanimidade porque já têm falado sobre isso. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal falou sobre as análises da água que a Deco publicou. Pensa que é uma injustiça não só para a Câmara e Concelho de Ferreira do Zêzere, mas para muitos lugares da bacia hidrográfica do Zêzere o que saiu na imprensa. As recolhas são antigas, decorreram a seguir aos incêndios que para além das cinzas criam camadas oleosas que se depositam no solo e que com as chuvas, ventos e erosão, vão ter ao Castelo do Bode. Julga que não é um bom trabalho, e que há zonas muito mais poluídas do que esta onde não foram feitas análises. Já fez chegar à Deco as suas preocupações, porque a Deco deveria ter apresentado à Epal, que é quem comercializa a água, em primeira mão estas análises, mas primeiro mandou para a comunicação social. Informou que está ligado a seis Concelhos onde se andou a informar em relação ao atendimento ao público feito nas Câmaras e concluiu que o atendimento feitos pelos funcionárias da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere é um dos melhores do Distrito de Santarém. Também a relação do Executivo e dos Membros da Assembleia com a População são excelentes. Por isso as pessoas continuam a gostar de viver em Ferreira do

Zêzere e verifica, ao andar pelo concelho uma grande procura de casas por parte de pessoas. Algumas tem familiares no concelho.-----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo lembrou a Câmara que seria muito interessante avançar com a ludoteca móvel, numa altura em que iniciaram as férias escolares.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal em relação às reuniões com os Presidentes de Junta disse que falavam com eles todos os dias, pelo que pensa que não há necessidade de fazer reuniões. Não tem máquinas nem camionetas sempre disponíveis. Estas tem que ser pedidas pontualmente. Quanto às passeadeiras concordou com o que foi dito pelo Presidente da Mesa da Assembleia. O Protocolo com a Escola de Engenharia existe e vai começar a meio do mês de Julho, de novo na Zona Industrial. Não há disponibilidade da Escola para as duas situações. Quanto ao pontão em S. Pedro de Castro há ali um projecto muito caro. Já falou com o encarregado e ficou em saber a opinião do Eng. Frias, para tentar resolver o problema. Quanto à qualidade da água, o que é lamentável, para além do que o Presidente da Assembleia disse, é que a comunicação social tenha agarrado numa análise de Setembro da ano passado e tenha feito eco dela agora.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 45 minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

António Fernando Lopes Carraço\_\_\_\_\_

Eurico de Alcobia\_\_\_\_\_

Aires Ferreira Graça\_\_\_\_\_

-----